

MOTIVAÇÕES BOTÂNICA E RELIGIOSA NA TOPONÍMIA CONTEMPORÂNEA EM SERGIPE

BOTANICAL AND RELIGIOUS MOTIVATIONS IN CONTEMPORARY
TOPONYMY IN SERGIPE-BRAZIL

Cezar Alexandre Neri Santos¹
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Este trabalho descreve e analisa os elementos de naturezas física e antropocultural de maior ocorrência na toponímia sergipana, a saber: a vegetação e a religiosidade. Por meio de postulados teórico-metodológicos propostos por Dick (1990a, 1990b, 2007), amplamente aplicado a corpora toponímicos no Brasil, identifica-se que, dos 464 nomes de núcleos de povoamento rurais e urbanos de Sergipe, cerca de um quinto desse corpus são formados por Fitotopônimos (19,6% do total), além da toponimização de elementos cristãos, como elemento inicial ou final da estrutura toponímica, em 61 localidades (13,1% do total). O tratamento dos dados permitiu, ainda, identificar a sobressalência de padrões morfológicos e lexicais nesses signos linguísticos, como o sufixo -eir- em nomes de árvores e a hegemonia católica entre os nomes de motivação semântica religiosa, dada a diversidade de santos e santas e de entidades marianas.

Palavras-Chave: Toponímia; Onomástica; Fitotopônimos; Hierotopônimos; Sergipe.

¹ cezar.neri@delmiro.ufal.br

Abstract: *This paper describes and analyzes place names whose category are of highest occurrence in the state of Sergipe-Brazil, i.e., vegetative, and religious motivations. By Dick's theoretical and methodologic propositions (1990a, 1990b, 2007), widely adopted in the treatment of toponymic corpora in Brazil, it is identified that, out of 464 settlement place names in Sergipe, a fifth of them (19,6%) are phytotoponyms – plant names, and that there is a massive quantity of catholic features, both as the initial or the final part of these names in 61 place names (13,1%). The interdisciplinary treatment of contemporary place names in Sergipe allowed to identify overriding morphological and lexical patterns, such as the Brazilian Portuguese suffix -eir- in phytotoponyms and the diversity of catholic saints and Marian entities.*

Keywords: *Place names; Onomastics; Phytotoponyms; Religious place names; Sergipe.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A revisão da literatura quanto à toponímia em Sergipe permitiu constatar que se encontrava lacunar o tratamento extensivo de natureza linguístico-histórica dos nomes geográficos sergipanos, o que configurou justificativa e motivação para a produção da tese de Doutorado A Toponímia em Sergipe: descrição e análise, defendida no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC/UFBA), em março de 2019. Neste trabalho, apresentam-se alguns resultados dispostos naquela tese, com o objetivo principal de descrever e analisar os elementos de naturezas física e antropocultural de maior ocorrência na toponímia sergipana, a saber: a vegetação e a religiosidade, respectivamente.

Considerando que os nomes de lugares são um relevante material para a compreensão de processos linguísticos e sócio-históricos de uma comunidade, 464 nomes de núcleos de povoamento rurais e urbanos de Sergipe foram selecionados do Cadastro de Localidades Brasileiras Selecionadas (IBGE, 2014). Esses dados foram coletados no Censo Demográfico 2010, sendo a tese de Santos (2019) o primeiro estudo a se valer deste índice, que lista, em sua totalidade, dados de 21.886 localidades georreferenciadas de todo o país. Assim, a análise quali-quantitativa dos dados vale-se de postulados teórico-metodológicos

amplamente adotados no tratamento de corpora toponímicos no Brasil, como o modelo taxionômico proposto por Dick (1990a, 1990b).

1 SERGIPE: TERRITÓRIO E SOCIO-HISTÓRIA

O Estado de Sergipe é conhecido, especialmente, por ser a menor Unidade Federativa do Brasil, com 21.910,3 km². Localizado no nordeste brasileiro, sem fronteiras internacionais, é limítrofe dos Estados da Bahia ao sul, pelo Rio Real, e de Alagoas, ao norte, pelo Rio São Francisco, a oeste também pelo Estado baiano e a leste pelo Oceano Atlântico, tendo uma faixa litorânea de 163 km de norte a sul. Ocupa o quinto lugar do país quanto à densidade demográfica – 94,36 hab./km², considerando-se os 2,27 milhões de habitantes no ano de 2018 (IBGE, 2019).

Mais de um terço dessa população se encontra no aglomerado urbano da Grande Aracaju, sendo também populosos os polos regionais de Estância, de Lagarto e de Itabaiana. O Estado ainda apresenta uma população rural próxima de 30% e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) crescente, mas ainda relativamente baixo para os padrões brasileiros (0,518 no ano 2000; 0,665 em 2010; e 0,69 em 2018), e considerado alto para a média do Nordeste – menor apenas que o da Bahia (IBGE, 2018).

Em termos étnico-sócio-históricos, Sergipe compartilha de uma ocupação europeia muito próxima à parte norte do território baiano, notadamente de portugueses, coabitado com nativos indígenas e com africanos advindos dos processos colonialista e escravagista ao longo dos séculos XVI ao XIX. Economicamente, é conhecido por uma cultura açucareira no leste e na zona da mata; criação de gado e cultivo de mandioca no agreste; plantações de tabaco, de algodão e de milho em diversas regiões do Estado, bem como a criação de gado

miúdo no perímetro do sertão (PASSOS SUBRINHO, 1985; FREIRE, 1977; SANTOS, 2017).

Quanto às características físico-naturais, Sergipe possui uma área com predominância de planícies, e “não há grande descontinuidade entre a feição geográfica de Sergipe e do nordeste baiano, baixa altitude, raramente superior a 300m, mais acentuada a oeste e que vai declinando em direção ao Oceano Atlântico” (FONTES, 1992, p. 5). Como em todo o país, herda uma forte influência católica na mentalidade e nos costumes e nos artefatos culturais (FONTES, 1992).

2 REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Toponímia, no Brasil, está consolidada em seu status científico-disciplinar. O PPGLinC/UFBA, seguindo uma tradição do extinto Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL/UFBA), tem contribuído com diversas pesquisas na área, a exemplo das dissertações de Almeida (2012), Assis (2013) e de Vicente (2013) e das teses de Ramos (2008), Almeida (2018) e Santos (2019), além de outros estudos em andamento.

Diversas dessas pesquisas linguístico-históricas são norteadas pelas orientações teórico-metodológicas de Albert Dauzat e de Leite de Vasconcellos e, no Brasil, de Maria Vicentina Dick (ISQUERDO, 2012; SANTOS, 2020). Trata-se de análises de caráter semântico-referencial quanto ao batismo denominativo de lugar, de modo que, tão mais quanto possível, permitem compreender a natureza semântica dos topônimos descritos e os elementos sócio-históricos que expliquem tais motivações (DICK, 1975, p. 375). O modelo taxonômico geralmente adotado nos estudos nacionais pós-década 1990 consta originalmente de 27 taxes (DICK, 1990b, p. 31-34), divididas na compreensão binária de Sapir

(1969[1912], p. 45). Assim, tem-se topônimos de natureza física – aspectos geográficos, como topografia, fauna, flora e recursos minerais – e de natureza antropocultural – forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento individual, como religião, padrões éticos, organização política e arte.

É válido destacar a contribuição de Dick para os estudos toponímicos brasileiros, bem como atentar para as limitações do modelo taxonômico proposto. Aguilera (1999) deve ter sido a primeira a discorrer sobre a questão, ao assinalar:

Em vez de se focalizar apenas o primeiro elemento, considera-se relevante uma discussão mais ampla para se definir se o nome composto deve ser enquadrado com base na análise da estrutura morfológica, isto é, classificando-se pelo primeiro ou pelo segundo elemento aleatoriamente; ou através de uma análise sociosemiótica que verifique qual dos elementos teria maior peso semântico no ato da nomeação (AGUILERA, 1999, p. 131).

Assim, essa professora optou, diante de impasses taxonômicos, pela criação de taxonomias adicionais e pela “classificação baseada no elemento sócio-historicamente predominante ou em ambos os elementos, conforme cada caso analisado” (AGUILERA, 1999, p. 135). Proposições de acréscimos ou realocações de categorias têm sido feitas, algo já projetado pela própria Dick (1999), que declarou que suas propostas taxonômicas “não são exaustivas em suas ocorrências e, sim, exemplificativas, podendo ser ampliadas em seus categoremas [...] à medida que novas estruturas vocabulares se constituam, respeitando sempre o modelo originário” (DICK, 1999, p. 142). Como exemplo, dentre as proposições adicionais ao modelo original de Dick (1990b), tratam do campo semântico religião/religiosidade as seguintes:

- Lima (1997, p. 422) propõe a subdivisão dos hagiopônimos em: a) autênticos, nomes de inspiração religiosa que recuperam um santo ou santa aceitos e aprovados pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana. Ex:

Santo Antônio; e b) aparentes, nomes de inspiração política que prestam tributos a um fundador ou uma pessoa influente da localidade. Ex.: Fazenda Santa Elina (MT), em homenagem à proprietária desse imóvel rural;

- Carvalho (2014, p. 89, 127, 134) sugere: a) realocação da taxa mitotopônimos, por serem elementos de religiões não-cristãs, como subtaxe dos hierotopônimos. Àqueles caberiam apenas entidades mitológicas, tais como Hércules, Pegasus etc., considerando etnocêntrica a categorização de entidades religiosas não cristãs como mitotopônimos, como procede Dick (1990b) em relação a Exu; e b) inclusão da subtaxe mariotopônimos, relativa aos nomes referentes às múltiplas invocações da Virgem Maria;

- Pereira e Nadin (2017, p. 237-241) recomendam a classificação de topônimos iniciados pela lexia padre como hierotopônimos, entendendo-os como parte do campo semântico das autoridades religiosas em geral, não como título ou dignidade tampouco como profissão.

As propostas de inclusão, realocação e subclassificação em relação à taxonomia de Dick (1990b), desde a década de 1990, demonstram, por um lado, a perenidade dessa tipologia e, por outro, a volatilidade própria de modelos taxonômicos de corpora toponímicos, como assinalaram Tent e Blair (2011) e será tratada quando da descrição e da análise do corpus.

Quanto aos procedimentos metodológicos no âmbito da Toponímia, vê-se uma ampliação dos instrumentos de coleta de dados: além dos mapas, vale-se de documentos históricos e jurídicos, de obras literárias (ficcionalis ou não), de suportes multimodais e de relatos orais como produto de pesquisas de campo (HOUGH, 2016, p. 1-13). Assim, a expedição de cartas geográficas e de índices toponímicos que podem configurar fontes confiáveis para pesquisas da área.

Como órgão oficial, o IBGE tem progressivamente subsidiado estudos dos nomes geográficos no Brasil, especialmente por meio do Centro de Referência em

Nomes Geográficos (CRNG), como parte de sua Diretoria de Geociências. Foi de uma dessas bases de dados oficiais que selecionamos o corpus deste trabalho, o Cadastro de Localidades Brasileiras Selecionadas (IBGE, 2014), que apresenta, até então, um total de 21.886 nomes de aglomerações humanas de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Pelo filtro do campo Unidade Federativa, obtivemos os 464 topônimos sergipanos (2,12% do total de nomes de localidades do Brasil), cujos códigos vão do ID 8787 (Amparo de São Francisco, cidade) ao ID 9250 (Matinha, povoado do município de Umbaúba). Essas localidades dividem-se em oito feições geográficas humanas: 75 relativas às cidades sergipanas, oito vilas, 311 povoados, 30 lugarejos, além da única aldeia indígena remanescente em Sergipe, três núcleos, seis aglomerações urbanas isoladas (AUI) e 30 projetos de assentamentos rurais.

Sumariamente, descrevemos e analisamos a nomenclatura de núcleos de povoamento humano em Sergipe, considerando tendências, especificidades e generalizações de aspectos linguísticos (fono-ortográficos, morfossintáticos e semântico-lexicais) e extralinguísticos (sócio-históricos e culturais). A natureza do corpus delimitado – fitotopônimos e hierotopônimos – demandou atenção às áreas prioritariamente agenciadas, como a botânica e a história das religiões, nesse caso.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

Nesta seção, apresentam-se a descrição e a análise quali-quantitativa dos dados selecionados, referentes às duas classes mais produtivas no corpus toponímico sergipano. Em valores absolutos por taxonomia, identifica-se a sobressalência de fitotopônimos, em 91 dos 464 nomes de localidades (19,6% do

total)², sendo mais do que o dobro da segunda taxonomia de natureza física mais produtiva, os geomorfotopônimos, com 43 topônimos. Dentre as taxonomias de natureza antropocultural, avultam os 47 topônimos de natureza semântica místico-religiosa – abrangendo 26 hagiotopônimos, 12 mariotopônimos e nove hierotopônimos, além dos 13 topônimos que apresentam nomes de natureza semântica religiosa na parte final da estrutura sintagmática. Os nomes de lugares de natureza vegetal e os de natureza místico-religiosa estão tratados nas duas subseções seguintes, respectivamente.

3.1 Fitotopônimos

Quanto mais localidades rurais num corpus de análise, mais previsível que sua nomenclatura exponha um *modus vivendi ruralis*, descrevendo elementos físico-naturais como vegetação, fauna e relevo do espaço geográfico. Pelo vislumbre multissensorial e referencial climático, a vegetação constitui-se um arquétipo toponímico (DICK, 1990b), com tendência à toponimização de árvores de maior tamanho.

Considerando nomes vegetativos do território nacional numa dimensão etnolinguística, identifica-se uma considerável origem indígena na camada botânica, notadamente em língua tupi, visto que a vegetação nativa já se apresentava produtiva em signos toponímicos. Esses eram o insumo de subsistência e de atividade socioeconômica, como demonstram os relatos de viagens quinhentistas e as datações dispostas em Cunha (1998), bem como o

² O percentual de dados sem classificação linguística e taxonômica está em um nível bastante aceitável, haja vista nem sempre ser possível decompor morfossemanticamente certos nomes próprios no português contemporâneo com confiabilidade. Apenas três dos 464 topônimos – Badajós, Caueira, Matata –, o equivalente a 0,64% do *corpus*, não foram classificados nos parâmetros estabelecidos, o que pode ser dirimido em pesquisas futuras.

estudo de Santos (2012), em colonos e em imigrantes. Sampaio (1901) esclarece que,

Numa região como o Brasil, onde a vegetação exuberante, variada e intensa em vastíssimas zonas, a denominação dos lugares de procedência indígena deve, de contínuo, traduzir a feição local sob o ponto de vista da sua vestimenta vegetal, ou pelas espécies características. A geografia aqui reflete nas denominações dos lugares a característica vegetal de cada uma. Não é, pois, de estranhar-se o frequente emprego de plantas, árvores, para individuar um rio, um banhado, um vale, um povoado, uma serra, um acidente topográfico qualquer (SAMPAIO, 1901, p. 144).

Quadro 1: Fitotopônimos do corpus com a seus respectivos elementos genéricos

N	FITOTOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO
1	Alecrim	Povoado
2	Angico	Povoado
3	Aningas	Lugarejo
4	Araçá	Povoado
5	Aracaju	Cidade
6	Aroeiras	Povoado
7	Cajaíba	Povoado
8	Cajazeiras	Povoado
9	Cajueiro	Povoado
10	Cajueiro	Projeto de Assentamento
11	Cajueiro dos Potes	Povoado
12	Camaçari Mirim	Povoado
13	Camaratuba	Povoado
14	Camboata	Povoado
15	Cambuí	AUI
16	Cana-Brava	Povoado
17	Candeias	Povoado
18	Candeias	Povoado
19	Canhoba	Cidade
20	Capim-Grosso	Povoado
21	Caraíbas	Povoado
22	Carnaíba	Povoado
23	Capunga	Povoado
24	Carrilho	Povoado
25	Castanhal	Povoado
26	Catinguinhas	Lugarejo
27	Catuabo	Povoado

N	FITOTOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO
28	Cedro de São João	Cidade
29	Cruiri	Povoado
30	Curituba	Povoado
31	Escurial	Povoado
32	Espinheiro	Povoado
33	Flecheiras	Povoado
34	Flor do Brejo	Povoado
35	Flor do Mucuri 1	Projeto de Assentamento
36	Frutuoso	Povoado
37	Gameleira	Povoado
38	Gravatá	Povoado
39	Gravatá	Povoado
40	Gravatá	Povoado
41	Indiaroba	Cidade
42	Jardim	Povoado
43	Jatobá	Povoado
44	Jenipapo	Povoado
45	Jenipapo	Povoado
46	Jenipapo	Povoado
47	Jenipatuba	Povoado
48	Junco	Povoado
49	Junco	Povoado
50	Laranjeiras	Cidade
51	Limoeiro	Povoado
52	Macambira	Cidade
53	Mamoeiro	Povoado
54	Mangabeira	Povoado
55	Mangabeira	Projeto de Assentamento
56	Mangueira	Povoado
57	Maniçoba	Povoado
58	Mata de São José	Povoado
59	Mata Grande	Povoado
60	Matinha	Povoado
61	Moita Bonita	Cidade
62	Moita Redonda	Povoado
63	Mulungu	Povoado
63	Palmares	Vila
65	Palmeira	Povoado
66	Patioba	Povoado
67	Pastinho	Povoado
68	Pau Alto	Povoado

N	FITOTOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO
69	Pau Ferro	Povoado
70	Pau Torto	Povoado
71	Pau-de-leite	Povoado
72	Pindoba	Povoado
73	Pindoba	Povoado
74	Pinhão	Cidade
75	Pirunga	Povoado
76	Pururuca	Povoado
77	Samambaia	Vila
78	Sapé	Povoado
79	Sapê	Povoado
80	Sapê	Povoado
81	Sapucaia	Povoado
82	Sucupira	Povoado
83	Sucupira	Povoado
84	Taboa de Baixo	Lugarejo
85	Taboca	Lugarejo
86	Taboca	Povoado
87	Timbó	Povoado
88	Umbaúba	Cidade
89	Umbuzeiro do Matuto	Povoado
90	Umbuzeiro do Matuto	Povoado
91	Visgueiro	Povoado

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com IBGE (2014)

Como disposto no Quadro 1, a vegetação apresentou-se o elemento que mais motivou a formação de denominações de localidades sergipanas. Dick (1990a) salienta que “o estudo da vegetação terrestre constitui, para o leigo, uma das mais árduas tarefas que se lhe possa propor, pela variedade das espécies que se entrecruzam em proporções delimitadas do espaço geográfico analisado” (DICK, 1990a, p. 145). Essa variedade está exposta no Quadro 1, que descreve 91 fitotopônimos (do grego futón – vegetal, árvore, planta) referentes a mais de sete dezenas de espécies nativas e exógenas de grande ou de pequeno porte, além de flores, plantações e bosques. Essa nomenclatura botânica se apresenta coerente

com um locus de zona tropical, típico dos dois biomas que cobrem o território sergipano – a mata atlântica, com predominância de mangues, e a caatinga, na região do semiárido, tendo uma faixa de floresta tropical entre os biomas (IBGE, 2004).

Como bem descreveu Freire (1977[1891]), a botânica sergipana apresenta as seguintes características gerais:

A flora é riquíssima e variada. Das três zonas em que, sob o ponto de vista botânico-geográfico, se divide a flora brasileira, apresentam-se membros da zona equatorial, da litoral e da do interior. De entre as madeiras que servem não só para construção civil e naval, como para marcenaria, vemos: cedro (*Cedrella brasiliensis*), a peroba (*Aspidos perma peroba*), a arapiraca, Parnaíba, potumuju, aroeira (*Schinus*), baraúna, moreira, pau d'arco, arari, massaranduba, angico (*Acacia angico*), pau-ferro (*Caesalpineia férrea*), sucupira (*Bowdichia major*), jacarandá (*Jacaranda ovalifolia*) e outras. Para a tinturaria vemos o catuabo, o mangle vermelho e outros (FREIRE, 1977 [1891], p. 66).

Um estudo aprofundado dos fitotopônimos sergipanos deve considerar seus componentes e obedecer a classificações fitogeográficas especializadas, o que extrapola, em muito, os limites e as possibilidades de um estudo de natureza disciplinar linguística. Mesmo assim, conseguimos identificar que a vegetação sergipana compõe um continuum vegetativo, visto que alguns nomes de vegetais são homonímicos a topônimos dispostos no território nacional, tal qual demonstrado no cotejo do corpus fitotoponímico descrito no Quadro 1 e dos dados dispostos por Dick (1990a, p. 152-153; 172; 177; 183).

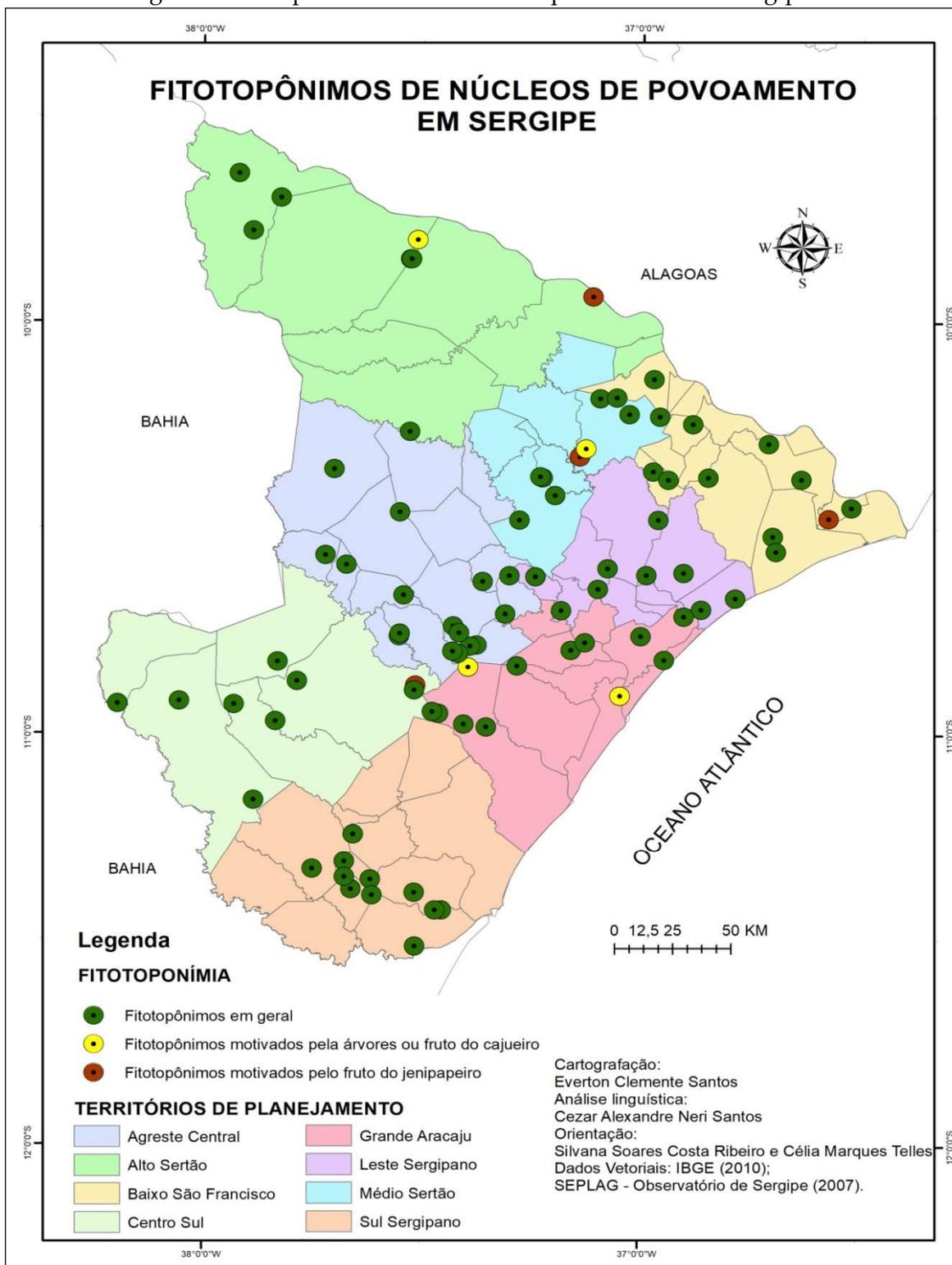
Árvores ou frutos como em Jenipapo, Sapucaia, Cedro de São João; nomes botânicos populares, como Pau-de-leite e Pururuca; e qualificativos ou propriedade dessa flora, como Mata Grande e Matinha, Frutuoso e Flor do Mucuri. Quanto à morfologia, destacou-se a formação de itens lexicais pelo sufixo -eir-, como Mangabeira, Laranjeiras, Mangueira, Umbuzeiro do Matuto etc.; mais produtiva em sua forma singular e, em menor quantitativo, no plural, como em Laranjeiras e Caraíbas. Esses itens também se apresentam como

primeiro ou como segundo elemento da nomenclatura geográfica, como Ilha das Flores; Barra dos Coqueiros; e Praia do Jatobá, só para citar alguns.

Considerando a cartografia da Figura 1 a seguir, assinalamos a pulverização de fitotopônimos por todos os Territórios de Planejamento de Sergipe, sendo essa densidade maior no Leste e no Agreste do que no Sertão Sergipano, o que, a priori, pode ser justificado pelos respectivos biomas e aspectos climáticos. Identificam-se, ainda, casos com duas, três ou mesmo quatro localidades que remetem a um mesmo designatum botânico, integral ou parcialmente homônimos em sua estrutura morfológica, referentes a um mesmo fitônimo, sendo os de maior ocorrência a árvore/fruto do caju (*Anacardium occidentale*), em quatro topônimos – Aracaju, Cajueiro (2x) e Cajueiro dos Potes – e do jenipapo (*Genipa americana*), nas localidades Jenipapo (2x) e Jenipatuba (2x), cromaticamente em destaque, em amarelo e em vermelho, na Figura 1.

Para atestação da distribuição georreferencial dos fitotopônimos do corpus, segue a cartografia temática na Figura 1.

Figura 1: Fitotopônimos em núcleos de povoamento em Sergipe



Fonte: Santos (2019, p. 120).

Tratada a fitotoponímia sergipana, passa-se à descrição e à análise de topônimos de natureza semântica místico-religiosa na subseção a seguir.

3.2 Hierotopônimos

Hierotopônimos, do grego hieros, sagrado, constituem nomes de lugares “sagrados de diferentes crenças, de associações religiosas e de seus membros, locais de culto, além de datas ou efemérides relativas a tais circunstâncias” (DICK, 1990a, p. 310-311). Essa categoria sempre se apresenta entre as mais produtivas de corpora toponímicos no Brasil, considerando que “a religiosidade lusitana encontrou, como se sabe, no Novo Continente, o clima fecundo ao seu expansionismo” (DICK, 1990b, p. 156). Antunes e Carvalhinhos (2007) justificam essa “forte tendência denominativa hieronímica” na toponímia ibérica pela hegemonia católica.

O batismo de lugares com nomes místico-religiosos tem um aspecto particularizante em relação às denominações de natureza física, estas centradas numa relação axiológica entre nomeador e ambiente, enquanto aqueles estão centrados no denominador, de modo que “as circunstâncias locais pouco interferem na escolha desde que sua causa determinante se prende ao homem, às manifestações de seu espírito, à maior sensibilidade pelos fatos místicos, à sua crença e à sua fé” (DICK, 1990a, p. 311-312). Os elementos místico-religiosos são de múltipla tipologia, dada a diversidade de entidades e de elementos e tal camada pode ser produto tanto de uma participação político-institucional quanto de ações de caráter religioso popular e espontâneo. Dick (1997) afirma que, “às vezes, os nomes podem receber traços identificadores que, se não são propriamente termos de natureza religiosa, estão, todavia, ligados a essa ideia, numa visível relação de pertinência” (DICK, 1997, p. 187).

Na proposta de Dick (1990a), portanto, subdividem-se em hagiotopônimos, mitotopônimos e hierotopônimos propriamente ditos. Carvalho (2018, p. 1136) afirma que nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides e associações religiosas, locais de culto podem ser classificados como hierotopônimos propriamente ditos; e mitotopônimos restringem-se a entidades mitológicas; os hagiotopônimos referem-se aos santos e às santas do hagiológico católico. A incorporação dos mariotopônimos à codificação da pesquisa (CARVALHO, 2014; 2018) se justifica pelo profuso culto mariano, refletido na nomenclatura geográfica brasileira.

Em relação à toponímia municipal sergipana, por exemplo, Alves e Santos (2011) assinalaram que “Vinte e um (vinte e oito por cento) são os municípios sergipanos que expressam alguma devoção a entidades dessa hagiografia”. Esse quantitativo é ainda maior se considerarmos que os topônimos Carmópolis e Japoatã remetem a entidades religiosas, ou seja, 23 dos 75 (30,66%) topônimos apresentam algum item lexical de natureza católica, ratificando o influente vetor denominativo católico no ato denominativo da nomenclatura geográfica sergipana.

Em números absolutos, o campo semântico religião constituiu o segundo de maior produtividade do corpus, sendo a mais produtiva dentre as taxonomias de natureza antropocultural. Considerando a divisão dos 47 topônimos de natureza semântica religiosa, a percentagem está assim disposta: são 26 hagiotopônimos (55% do total), 12 mariotopônimos (26%) e 9 hierotopônimos (19%), e nula ocorrência de mitotopônimos. A influência/mentalidade monoteísta católica acaba por justificar, por inibição, a nula ocorrência de mitotopônimos – signos linguísticos de natureza astronômica, meteorológica e mitológica.

Essa hegemonia de credo católico/cristão na nomenclatura geográfica se dá pelos diversos santos e santas do hagiológico romano e pelo culto mariano e as

referências a materiais, entidades e local de culto cristão, como cruz e Jesus. Alguns nomes de lugares podem, inclusive, apresentar dupla referência religiosa, a exemplo de Santana do São Francisco, ou denominar mais de uma localidade por um mesmo santo ou um mesmo elemento material cristão, fenômeno recorrente na toponímia nacional, tal qual disposto em Dick (1990a). No corpus sergipano, isso ocorre com os santos Antônio, Francisco, José e Domingos. Tal qual ocorre em toda a toponímia brasileira, encontramos um mesmo designatum hagiônimo seguido de um designativo diferenciador, como os povoados São Bento de Baixo e São Bento de Cima; Santa Rosa do Ermírio e a cidade de Santa Rosa de Lima.

Os dados referentes à motivação religiosa estão dispostos no Quadro 2 e a disposição georreferenciada dessa nomenclatura no território sergipano está destacada na Figura 2, seguida por uma análise dessa classe toponímica.

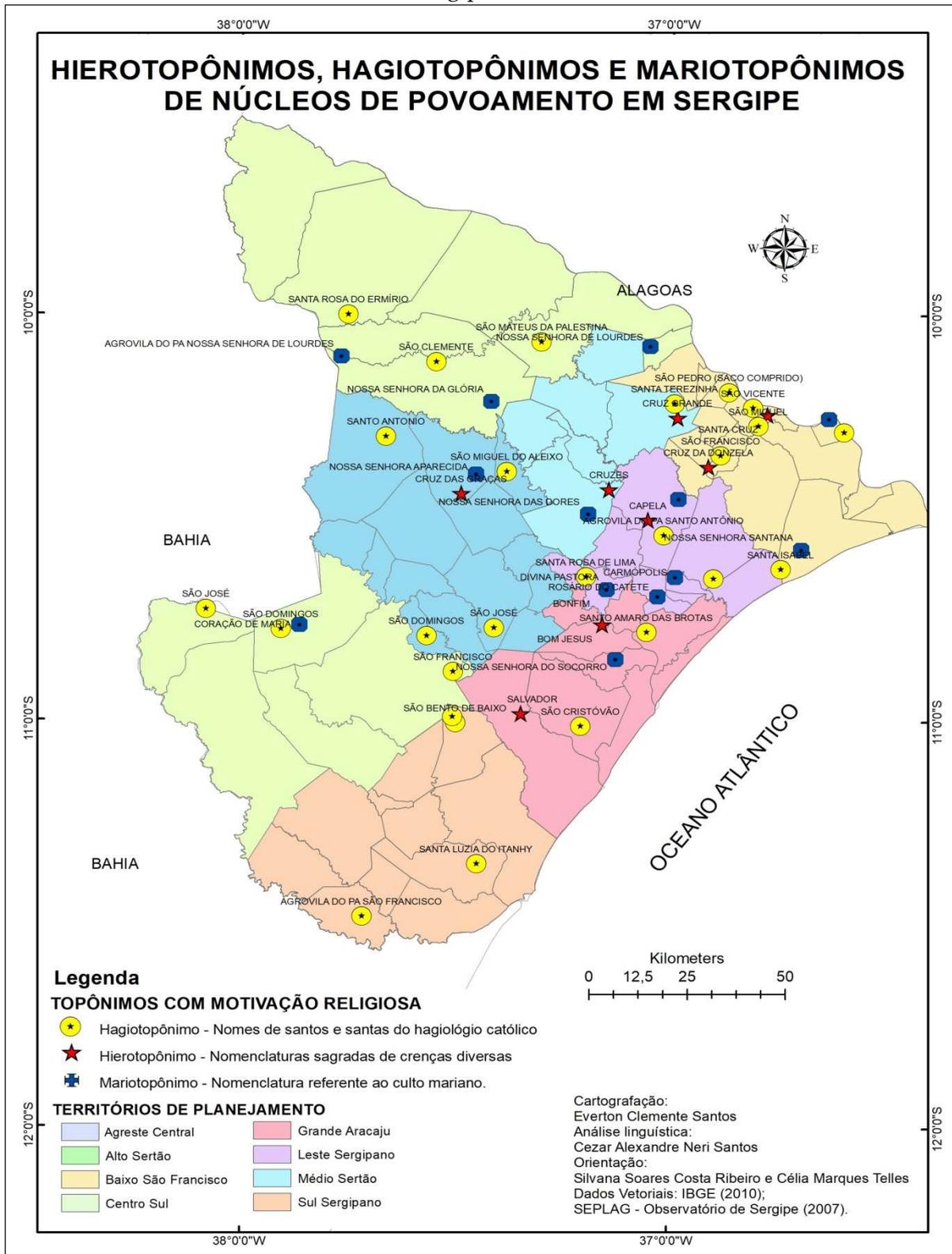
Quadro 2: Hierotopônimos, hagiotopônimos e mariotopônimos do *corpus*

Nº	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	TAXONOMIA HIEROTOPONÍMICA
1	Santa Isabel	Povoado	Hagiotopônimo
2	Santa Terezinha	Povoado	
3	Santo Antonio	Povoado	
4	Santo Antônio	Projeto de Assentamento	
5	São Clemente	Povoado	
6	São Cristóvão	Cidade	
7	São Domingos	Cidade	
8	São Domingos	Povoado	
9	São Francisco	Cidade	
10	São Francisco	Projeto de Assentamento	
11	São Francisco	Lugarejo	
12	São José	Povoado	
13	São José	Povoado	
14	São Miguel	Povoado	
15	São Pedro (Saco Comprido)	Povoado	
16	São Vicente	Povoado	

Nº	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	TAXONOMIA HIEROTOPONÍMICA	
17	Santa Luzia do Itanhy	Cidade		
18	Santa Rosa do Ermírio	Povoado		
19	Santa Rosa de Lima	Cidade		
20	São Bento de Baixo	Povoado		
21	São Bento de Cima (São Raimundo)	Povoado		
22	São José da Caatinga	Povoado		
23	São Mateus da Palestina	Vila		
24	São Miguel do Aleixo	Cidade		
25	Santana do São Francisco	Cidade		
26	Santo Amaro das Brotas	Cidade		
27	Carmópolis	Cidade		Mariotopônimo
28	Divina Pastora	Cidade		
29	Nossa Senhora Aparecida	Cidade		
30	Nossa Senhora da Glória	Cidade		
31	Nossa Senhora das Dores	Cidade		
32	Nossa Senhora de Lourdes	Cidade		
33	Nossa Senhora de Lourdes	Projeto de Assentamento		
34	Nossa Senhora do Socorro	Cidade		
35	Nossa Senhora Santana	Povoado		
36	Rosário do Catete	Cidade		
37	Saúde	Povoado		
38	Saúde	Povoado	Hierotopônimo	
39	Coração de Maria	Povoado		
40	Salvador	Povoado		
41	Bom Jesus	Povoado		
42	Capela	Cidade		
43	Cruzes	Povoado		
44	Cruz da Donzela	Povoado		
45	Cruz das Graças	Povoado		
46	Cruz Grande	Povoado		
47	Santa Cruz	Povoado		

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com IBGE (2014)

Figura 2: Toponímia de natureza semântica religiosa em núcleos de povoamento em Sergipe



Fonte: Santos (2019, p. 130).

Nomes de santos e de santas católicos são uma classe amplamente produtiva nas toponímias sergipana e nacional. Costumam se apresentar por meio das estruturas [São/Santo/Santa NP], [São/Santo(a) NP Prep N] e [N Prep São NP], fórmulas hagiotoponímicas comuns no país desde o período colonial. Nos dados do corpus sergipano, estão presentes os/as seguintes santos/as:

- Ocorrência única: Isabel, Terezinha, Rita e Ana; Clemente, Cristóvão, Amaro, Vicente, Mateus, Raimundo e Paulo;
- Duas ocorrências: Bento, Miguel, Domingos e João; Luzia e Rosa;
- Três ocorrências: Pedro, Antônio e José;
- Seis ocorrências: Francisco.

Em números absolutos e relativos, há maior ocorrência de santos do que de santas, havendo, contudo, equilíbrio em relação ao gênero quando consideramos as entidades marianas, especialmente as formadas pela estrutura [Nossa Senhora Prep N].

Também o culto mariano também encontrou solo fértil na toponímia sergipana, como afirmaram Alves e Santos (2011): “[...] o culto mariano em nossa toponímia (nove municípios), remete a um traço do catolicismo popular. Como é sabido, a devoção à Virgem Maria tem forte importância na religiosidade popular brasileira”. Os nomes que remetem à Maria, mãe de Jesus, são tão abundantes na nomenclatura geográfica brasileira que Carvalho (2014, 2018) propôs uma subclasse específica para esses – os mariotopônimos, sendo sua fórmula mais representativa [Nossa Senhora (Prep) N]. No corpus sergipano, N se apresenta como Aparecida, Glória, Dores, Socorro, Carmo e Lourdes, Santana e Saúde, sendo cinco desses oito topônimos referentes a cidades.

Os mariotopônimos apresentam uma concentração maior na parte norte do Estado, sem, contudo, denotar uma ausência de devoção mariana no Centro Sul e no Sul Sergipanos. No plano sincrônico, nem todos os topônimos explicitam

tal referência. Identificam-se referentes marianos nos topônimos Carmópolis (Nossa Senhora do Carmo); Divina Pastora (Nossa Senhora Divina Pastora), padroeira da localidade; e Rosário do Catete (Nossa Senhora do Rosário); e Itaporanga d’Ajuda, que demarca a devoção à padroeira da localidade, Nossa Senhora da Ajuda.

Já os chamados hierotopônimos propriamente ditos, na classificação de Dick (1990b) remetem a nomes sagrados de diferentes crenças, efemérides religiosas, associações religiosas e locais de cultos. De acordo com Dick (1990a), a referência direta a Cristo ou a Deus “parece ter encontrado nos denominadores uma espécie de resistência” (DICK, 1990a, p. 326) e se apresenta diminuta em comparação aos nomes de santos(as) do hagiológico católico e de invocações à Virgem Maria, o que é confirmado pelos dados da toponímia de Sergipe. Os dados sergipanos seguem o fluxo toponímico nacional, em especial de procedência católica, com presença em todos os Territórios de Planejamento e em diversas sincronias, desde o período colonial.

Como exemplos, há os povoados Salvador, em Itabaianinha, e Bom Jesus, em Laranjeiras. “O toponomástico Bom Jesus parece contradizer a afirmação do tabu linguístico que se mencionou acerca do nome de Jesus” (DICK, 1990a, p. 326). Capela designa um lugar de culto católico e cruz se constitui a lexia mais produtiva dessa classe: Cruzes, Cruz Grande, Santa Cruz, Cruz da Donzela e Cruz das Graças. Esse elemento de cultura material cristão se apresenta em estrutura simples ou composta, seja em posição sintagmática inicial ou final, como destacou Dick (1990a, p. 328-330).

Quanto aos nomes de natureza religiosa, aliás, presentes em posição final do sintagma toponímico, que não são classificados como hierotopônimos, decidiu-se por apresentá-los no Quadro 3 a seguir, com o objetivo de caracterizar esse fenômeno denominativo de modo abrangente.

Quadro 3: Referentes hierotoponímicos sergipanos como segundo elemento do sintagma

ELEMENTO RELIGIOSO	N	TOPÔNIMO	ELEMENTO GENÉRICO	TAXONOMIA DO MODELO DE DICK (1990b)
Hagiológico católico	1	Amparo de São Francisco	Cidade	Animotopônimo
	2	Canindé de São Francisco	Cidade	Zootopônimo
	3	Santana do São Francisco	Cidade	Hagiotopônimo
	4	Cedro de São João	Cidade	Fitotopônimo
	5	Mata de São João	Povoado	Geomorfotopônimo
	6	Xocó da Ilha de São Pedro	Aldeia Indígena	Etnotopônimo
	7	Paraíso de São Pedro	Projeto de Assentamento	Animotopônimo
	8	Papel de Santa Luzia	Povoado	Ergotopônimo
	9	Alto de Santo Antônio	Povoado	Geomorfotopônimo
	10	Parque Santa Rita	Lugarejo	Sociotopônimo
	11	Colônia São Paulo	Povoado	Poliotopônimo
Culto mariano	12	Independência Nossa Senhora do Carmo	Projeto de Assentamento	Animotopônimo
	13	Itaporanga d' Ajuda	Cidade	Litotopônimo
Personalidade religiosa local	14	Frei Paulo	Cidade	Axiotopônimo

Fonte: Santos (2019, p. 127).

No Quadro 3 descrevem-se santos/as e referentes marianos presentes majoritariamente na estrutura [N Prep São/Santa NP], mas não classificados como hierotopônimos pelo modelo taxonômico adotado (DICK, 1990a, 1990b). Essa posição genitiva não exime o pesquisador, contudo, de empreender um tratamento que o extrapole. A literatura toponímica, há tempos, ressalva que

[...] a denominação talvez não tivesse como causa a devoção do santo, e, sim, a homenagem ao governador. [...] Como era costume – e até hoje isso pode ocorrer – colocava o fundador ou o colonizador da área em questão o seu

próprio nome no local e, põe um sinal de suposta modéstia, fazia-o anteceder do determinante santo ou são. Com isso, atingia-se uma dupla finalidade: a preservação da memória do fundador; e a homenagem a um santo, conforme determinação da Igreja, que poderia ser, ou não, da devoção daquele (DICK, 1997, p. 182-183).

Não à toa, Dick (1997, p. 153-192) se dedica demoradamente aos referenciais hagio-hierotoponímicos: são diversos os mecanismos de identificação de um elemento ou entidade religioso, dos quais destacamos, para problematização da classificação dessa nomenclatura. Em relação ao *corpus* sergipano, se há dificuldades em resgatar a(s) intencionalidade(s) de um denominador por meio de pesquisas bibliográficas, conseguimos, junto à documentação, arrolar uma série de causas denominativas para a denominação de cidades, destacando aspectos sócio-históricos.

- Presença de uma irmandade ou ordem eclesiástica sob a égide de uma entidade místico-religiosa ou local de culto cujo padroeiro protege o (grupo) denominador. Ex.: Igreja de Santa Luzia → *Santa Luzia* do Itanhy; capela de São João Batista → Cedro de *São João*; congregação de São Domingos → *São Domingos*; convento de ordem carmelita → Carmo, depois *Carmópolis*;
- (Auto) homenagem do denominador por homonímia. Ex.: Cristóvão de Barros → *São Cristóvão*; Miguel José das Graças → *São Miguel* do Aleixo;
- Homenagem a um sujeito religioso ligado à fundação/povoamento/emancipação da localidade. Ex.: presença do Frei Jaboatão → *Japoatã*; participação do Frei Paulo Casanovas no processo de fundação → *Frei Paulo*³;

³ Estudos complementares podem, inclusive, registrar dois processos onomásticos assinalados por Dick (1997, p. 171-172) em relação aos referenciais toponímicos: o primeiro diz respeito à perda do referencial com permanência do topônimo; no segundo caso, ocorre a permanência do referencial, com desaparecimento do topônimo por substituição da nomenclatura.

- Representação de um santo ou padroeiro. Ex.: São Francisco, protetor dos animais e padroeiro da ecologia → projeto de assentamento *São Francisco*; devoção a Nossa Senhora da Saúde → povoado *Saúde* (em Capela);

- Praia fluvial de Nossa Senhora da Saúde → povoado *Saúde* (em Santana do São Francisco).

Quanto à causa denominativa, identificam-se exemplos tanto de hagiotopônimos autênticos – de inspiração místico-religiosa e ação espontânea – quanto de hagiotopônimos aparentes – de motivação política ou (auto)laudatória, tomando as definições de Lima (1997, p. 422). As múltiplas referências a São Francisco de Assis na fórmula [*N Prep São Francisco*], como em *Canindé de São Francisco*, *Amparo de São Francisco* e *Santana do São Francisco*, por exemplo, se apresentam como exemplos desse segundo grupo, visto que não podem ser explicados exclusivamente por um viés transcendental: essas localidades são banhadas pelo rio homônimo, o Velho Chico, de modo que foi a motivação hidronímica, não a religiosa, a causa primária no ato denominativo. Outro exemplo de hagiotopônimo aparente no *corpus* é *São Miguel do Aleixo*, nome “criado especialmente para homenagear Miguel das Graças, pai de Domício José das Graças – homem reconhecido como o principal fundador da localidade [...] e o Padre Aleixo” (LIMA, 2013, p. 13-14), o que esclarece que a causa denominativa não perpassou a referência ao arcanjo São Miguel. Assim, identificar uma hiero/hagiotoponímia autêntica perpassa o resgate sócio-histórico, uma lacuna por vezes apenas preenchida por pesquisas de campo.

Atentar para as causas denominativas, como mencionado, pode auxiliar no processo de categorização toponímica (DICK, 1997, p. 153-192), como no caso de *Saúde*, que denomina dois povoados sergipanos. Uma análise estritamente semântica permite tomá-los como animotopônimos, mas a revelação da presença de um curso d’água e de uma igreja denominadas *Nossa Senhora da Saúde* nessas

localidades obriga à consideração não de aspectos higiênicos, mas de sua referência hierotoponímica, de cunho místico-religioso. Deve ser esse, aliás, o *modus operandi* do toponimista: aliar conhecimentos linguísticos e sócio-históricos o quão mais possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tomou-se parte dos resultados analisados por Santos (2019) em sua Tese de doutoramento. Como forma de caracterizar aspectos proeminentes na nomenclatura geográfica de localidades de Sergipe, selecionaram-se os topônimos catalogados no Cadastro de Localidades Brasileiras Selecionadas (CLBS) com motivação de natureza vegetal ou místico-religiosa.

A vegetação local constituiu um quinto do corpus daquele trabalho (19,82% do total), sendo o item mais condicionante quando do ato denominativo de núcleos de povoamento, quantitativamente bem mais representativo do que elementos geomorfológicos e hidrográficos. Dentre os nomes de natureza antropocultural, avulta o caráter místico-religioso, notadamente católico, por referência a santos/as e a Maria e outras entidades e elementos do culto cristão. Dentre os itens linguísticos, elencam-se padrões morfológicos e léxico-semânticos, como o uso do sufixo -eir- na formação de palavras por derivação entre os fitotopônimos e a diversidade de santos e santas católicos e de entidades mariológicas, dispostos tanto em estruturas simples quanto compostas.

Esses dados, contudo, não apresentam nenhum caráter específico ou excepcional à nomenclatura geográfica sergipana, visto que seguem o fluxo nacional. Considerando-se resultados de pesquisas toponímicas do Estado da Bahia, identifica-se, possivelmente, um continuum, o que pode e deve ser mais

bem sistematizado, na busca por uma caracterização de fenômenos denominativos semelhantes na toponímia do Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci Andrade. Taxonomia de topônimos: problema sem solução? *Signum: Estudos da Linguagem*, v. 2, n. 1, 1999, p. 125-137.
- ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *O léxico toponímico das comunidades rurais de Santo Antônio de Jesus: uma análise semântica e sociocultural*. Salvador, 2012. 187f. Dissertação. (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ALMEIDA, Lana Cristina Santana. *Aqui tem Murundu, Marianga, Murici, Capanema, Areal e Água Limpa: uma análise de topônimos do Recôncavo baiano*. Salvador, 2018. 1116 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- ALVES, Francisco José; SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Os nomes dos municípios sergipanos. *Jornal da Cidade*. Aracaju, 2011. Disponível em: <<http://jornaldacidade.net/artigos-leitura/76/10998/os-nomes-dos-municipios-sergipanos.html#.VTZdSyFViko>> Acesso em: 29 out. 2020.
- ANTUNES, Alessandra Martins; CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, Volume XI, n. 02 – Livro dos Minicursos, p. 108-121, 2007. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/Cad200320XICNLF.pdf>>.
- ÁRVORES DO BRASIL. *Árvores do Brasil: informações e estudos sobre árvores nativas brasileiras*, 2018. Disponível em: <http://www.arvores.brasil.nom.br/esq.htm>> Último acesso em: 15 dez. 2018.
- ASSIS, Harmensz Van Rin Morais de. *Topônimos no Sul da Bahia: nomeações dos municípios originados da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus (1950-1960)*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- BACKHEUSER, Everardo. Toponímia. Suas regras, sua evolução. *Revista geográfica*. Rio de Janeiro: Instituto Pan-Americano de Geografia e História. v. IX, X. n. 25, 1950, p. 163-195.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. Toponímia religiosa em Minas Gerais: os nomes dos municípios. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 26, n. 3, p. 1123-1150, 2018.
- CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. *Hagiotoponímia em Minas Gerais*. 2014. 822 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, Cascavel, v. 3, n. 5, p. 141-155, 1º sem. 2007. Disponível em <<http://erevista.unioeste.br>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. T. C. *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte/UFMG, 2006.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações* (Recife), Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo (1554-1897)*. 2. ed. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Acta Semiotica et Linguistica*. SBPL. São Paulo: Plêiade, v. 6, 1996, p. 27 - 44.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Toponímia e dicionário especializado. Estudos Lingüísticos. XXIV *Anais de Seminário do GEL*. FFLCH/USP-SP. São Paulo: 1995.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia do Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990b. 224 p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxonomias toponímicas: uma contribuição metodológica. *Separata da Revista Língua e Literatura*, São Paulo, v. 4, p. 372-380, 1975.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral; SEABRA, Maria Candida T. Costa; ISQUERDO, Aparecida Negri. Diversidade e unidade na fitotoponímia brasileira. XXV Encontro Nacional da Anpoll - Enanpoll 2010, Belo Horizonte. *Caderno de Resumos online do XXV Encontro Nacional da Anpoll – Enanpoll 2010*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2010.

FONTES, José Silvério Leite. A Formação do povo sergipano. *Revista da Academia Sergipana de Letras*. Número Especial (ASL-70 Anos). Aracaju, p. 83-97, 1999.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

HOUGH, Carole (Ed.) *The Oxford Handbook of Names and Naming*. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

IBGE. *IBGE Cidades*, 2019. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Último acesso em: 13 jan. 2019.

IBGE. *BR_Localidades_2010_v1.mdb*. [online], 201. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/>. Acesso em 30 jan. 2017.

IBGE. *Introdução à padronização de nomes geográficos*. Rio de Janeiro: Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento, 2011a. Disponível em: <http://www.ngb.ibge.gov.br/App_Doc/PADRONIZA%C3%87%C3%83O_DOS_NOMES_GEOGRAFICOS_2011.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

IBGE. *Cadastro de localidades brasileiras selecionadas*. 2011b. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/localidades/cadastro_localidades_selecionadas.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

IBGE. *Mapa de Biomas e de Vegetação*. 21 maio 2004. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>.

ISQUERDO, Aparecida Negri. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. *Cahiers de lexicologie: Revue internationale de lexicologie et lexicographie*, n. 101, p. 15-36, 2012.

LIMA, Ivone Alves de. A motivação religiosa dos topônimos paranaenses. *Estudos linguísticos* (Organizado pelo Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo), XXVI. Campinas: UNICAMP, 1997.

PASSOS SUBRINHO, Josué dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1985, 116p.

PEREIRA, Renato Rodrigues; NADIN, Odair Luiz. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 217-243, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10946>>.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. *Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudanças*. Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos. 2008. 3v. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SAMPAIO, Theodoro. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio_1901_tupi.pdf>

SANTOS, Anderson Pereira dos. *Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)*. 2017. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. Panorama das pesquisas toponímicas no Brasil. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 2, p. 1-5, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1636>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. *A toponímia em Sergipe: descrição e análise*. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623)*. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. *Linguística como ciência*. Ensaios. Trad. de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Livraria Acadêmica, p. 43-62, 1969 [1912].

TENT, Jan; BLAIR, David. Motivations for naming: the development of a toponymic typology for Australian placenames. *Names*. v. 59, n. 2, p. 67-89, 2011.

VICENTE, Flávia Daianna Calcabrine. *Além e aquém de Sergipe do Conde e Tatuapara: os topônimos no Livro Velho do Tombo*. 2013. 289 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

O AUTOR E O PPGLinC

Cézar Alexandre Neri dos Santos

Graduado e Mestre em Letras (PPGL/UFBA), cursou o doutorado no Programa em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (2015-2019), tendo defendido a tese *A Toponímia em Sergipe*, inicialmente sob orientação da Professora Dr.^a Suzana Cardoso (in memoriam) e, posteriormente, pela Prof.^a Dr.^a Silvana Ribeiro, com coorientação da Prof.^a Dr.^a Célia Telles. Como docente da Universidade Federal de Alagoas desde 2011, Cezar Neri destaca o nível de excelência do quadro docente do PPGLinC/UFBA na área de Linguística Histórica e a excelência das orientadoras – referências nacionais em áreas como Dialetoologia, Sociolinguística, Lexicologia e Filologia. Como coordenador do recém-fundado Grupo de Estudos em Lexicologia e Filologia (GELeFil), no âmbito do curso de Letras da UFAL/Campus do Sertão, o pesquisador ressalta a influência desse PPG em sua formação pessoal, acadêmica e profissional.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 04 de outubro de 2020.

Aprovado em sistema duplo cego em: 15 de março de 2021.